

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

JULIA ZANUTIM PICOLO

A VEZ É DAS MULHERES: A VOZ FEMININA NO JORNALISMO LITERÁRIO COMO
EXPRESSÃO JORNALÍSTICA

BAURU

2021

JULIA ZANUTIM PICOLO

A VEZ É DAS MULHERES: A VOZ FEMININA NO JORNALISMO LITERÁRIO COMO
EXPRESSÃO JORNALÍSTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como parte dos requisitos para obtenção do título
de bacharel em Jornalismo - Centro Universitário
Sagrado Coração.

Orientadora: Prof.^a Dra. Liliane de Lucena Ito

BAURU

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P598v	<p>Picolo, Julia Zanutim</p> <p>A vez é das mulheres: a voz feminina no jornalismo literário como expressão jornalística / Julia Zanutim Picolo. -- 2021. 51f.: il.</p> <p>Orientadora: Prof.^a Dra. Liliane de Lucena Ito</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP</p> <p>1. Jornalismo Literário. 2. Livro-reportagem. 3. Comunicação. 4. Svetlana Aleksiévitich. 5. Representatividade feminina. I. Ito, Liliane de Lucena. II. Título.</p>
-------	--

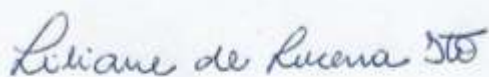
Elaborado por Lidiane Silva Lima - CRB-8/9602

A VEZ É DAS MULHERES: A VOZ FEMININA NO JORNALISMO LITERÁRIO COMO EXPRESSÃO JORNALÍSTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Jornalismo - Centro Universitário Sagrado Coração.

Aprovado em: 19 / 11 / 2021.

Banca examinadora:



Prof.^a Dra. Liliane de Lucena Ito (Orientadora)
Centro Universitário Sagrado Coração



Prof.^a Ma. Valéria Biondo
Centro Universitário Sagrado Coração



Ma. Tamiris Tinti Volcan
Mestra em Comunicação pela PPGCOM (Unesp)

Dedico este trabalho, com carinho, a todas as mulheres que buscam quebrar o silêncio do patriarcado.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer meus pais por todo o suporte que me deram ao longo dos anos e por sempre me incentivarem a ser mais, a fazer mais e alcançar os meus sonhos.

Quero agradecer também a todos os meus professores, do ensino fundamental ao médio que me ensinaram grandes lições de vida, e da faculdade que moldaram uma parte de quem sou hoje no começo da vida adulta.

Agradeço principalmente a Liliane, minha orientadora, gosto de pensar que amiga também, que teve toda paciência do mundo comigo ao longo desses meses e me ajudou muito.

E por último aos meus melhores amigos, que sempre me apoiaram não importa o que, e me acompanharam nesta montanha russa que é a faculdade.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso trata de uma análise da obra literária da autora Svetlana Aleksevitch, levando em consideração o jornalismo literário como uma expressão jornalística, tendo como objeto o livro *A guerra não tem rosto de mulher*. Ao questionar como o jornalismo literário é incorporado a essa produção contemporânea como expressão jornalística, é possível levantar três hipóteses relacionadas à obra e sua funcionalidade jornalística: a produção literária sendo capaz de tornar a luta das mulheres mais atrativa para ser lida por conta das suas características narrativas, diferentemente do conteúdo noticiado no dia a dia; a investigação jornalística encontra um terreno fértil para ser evidenciada no formato livro-reportagem, por conta da junção de meios de expor informações; e quando a mulher é protagonista, seja como fonte ou como autora, são reveladas também violências sutis, do campo simbólico, além de todas as outras formas de agressão. Para tal, objetivou-se a análise do produto literário da autora contemporânea como expressão do jornalismo por meio da literatura, a fim de enaltecer a luta social das mulheres. A metodologia consistiu no levantamento documental e bibliográfico, dos conceitos de jornalismo literário, livro-reportagem, expressões jornalísticas, comunicação e a história da mulher na literatura e na conquista de seus direitos, para, então, realizar uma análise de conteúdo para levantar os dados quantitativos e qualitativos relacionados ao objeto de estudo. Estima-se que este estudo é importante para entender a pouca representatividade feminina em acontecimentos históricos e como o jornalismo literário poderia recuperar a importância da mulher, e também trazer à tona injustiças sofridas nestes e em outros contextos, sob o olhar de uma autora também do sexo feminino.

Palavras-chave: Jornalismo Literário. Livro-reportagem. Comunicação. Svetlana Aleksievitch. Representatividade feminina.

ABSTRACT

This course conclusion work is an analysis of the literary work of the author Svetlana Aleksevitch, considering literary journalism as a journalistic expression, having as its object the book *War does't have a woman's face*. When questioning how literary journalism is incorporated into this contemporary production as a journalistic expression, it is possible to raise three hypotheses related to the work and its journalistic functionality: the literary production being able to make the struggle of women more attractive to be read on account of narrative characteristics unlike the content reported on a daily basis; journalistic investigation finds fertile ground to be evidenced in the book-reporting format, due to the junction of means of exposing information; and when the woman is the protagonist, either as a source or as an author, subtle violence from the symbolic field is also revealed, in addition to all other forms of aggression. To this end, the objective was to analyze the literary product of the contemporary author as an expression of journalism through literature, in order to enhance the social struggle of women. The methodology consisted of a documentary and bibliographic survey of the concepts of literary journalism, book-reporting, journalistic expressions, communication and the history of women in literature and the achievement of their rights, to then carry out a content analysis to collect the data quantitative and qualitative related to the object of study. It is estimated that this study is important to understand the lack of female representation in historical events and how literary journalism could recover the importance of women, and also bring to light the injustices suffered in these and other contexts, from the perspective of an author also from women.

Keywords: Literary Journalism. Book-reporting. Communication. Svetlana Aleksievitch. Female representation.

RESUMEN

El trabajo de conclusión de este curso es un análisis de la obra literaria de la autora Svetlana Aleksevitch, teniendo en cuenta el periodismo literario como expresión periodística, teniendo como objeto el libro *La guerra no tiene rostro de mujer*. Al cuestionar cómo se incorpora el periodismo literario a esta producción contemporánea como expresión periodística, es posible plantear tres hipótesis relacionadas con la obra y su funcionalidad periodística: la producción literaria pudiendo ser más atractiva la lucha de las mujeres por sus características narrativas a diferencia del contenido que se reporta a diario; la investigación periodística encuentra un terreno fértil para evidenciarse en el formato libro-informe, debido a la conjunción de medios de exponer la información; y cuando la mujer es la protagonista, sea como fuente o como autor, también se revela la sutil violencia del campo simbólico, además de todas las demás formas de agresión. El objetivo fue analizar el producto literario de la autora contemporánea como expresión del periodismo mediante la literatura, con el fin de potenciar la lucha social de las mujeres. La metodología consistió en un levantamiento documental y bibliográfico de los conceptos de periodismo literario, libro de reporte, expresiones periodísticas, comunicación y historia de la mujer en la literatura y la realización de sus derechos, para luego realizar un análisis de contenido para recopilar los datos cuantitativos y cualitativo relacionado con el objeto de estudio. Se estima que este estudio es importante para comprender la falta de representación femenina en hechos históricos y cómo el periodismo literario podría recuperar la importancia de la mujer, y también sacar a la luz las injusticias sufridas en estos y otros contextos, desde la perspectiva de una autora también mujer.

Palabras-clave: Periodismo literario. Libro de reporte. Comunicación. Svetlana Aleksievitch. Representación femenina.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Categorias da análise de conteúdo.....	34
Tabela 2. Contagem de Registros	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema de pesquisa	14
1.2 Hipóteses	14
1.3 Objetivos	14
1.3.1 Geral	14
1.3.2 Específicos	14
1.4 Justificativa.....	15
1.5 Estrutura da Monografia	16
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 Jornalismo e Literatura.....	18
2.1.1 Jornalismo literário	18
2.1.2 Mulheres escritoras.....	22
2.1.2.1 A autora de A guerra não tem rosto de mulher.....	25
2.2 O Lugar da Mulher na Sociedade	26
2.2.1 Desigualdades.....	26
2.2.2 Direitos conquistados.....	28
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
BIBLIOGRAFIA.....	47
ANEXOS	50

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou mapear as características do jornalismo literário e abordar diversos tipos de violência contra a mulher por meio de uma análise de conteúdo do livro *A guerra não tem rosto de mulher*, da autora Svetlana Aleksievitch.

A jornalista e escritora ucraniana Svetlana Aleksievitch, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura em 2015, traz na sua obra *A guerra não tem rosto de mulher*, publicada no Brasil pela Companhia das Letras, um novo capítulo para a história da Segunda Guerra Mundial. “Tudo o que sabemos da guerra conhecemos por uma “voz masculina”. Somos todos prisioneiros de representações e sensações “masculinas” da guerra. Ninguém, além de mim, fazia perguntas para minha avó. Para minha mãe. Até as que estiveram no front estão caladas” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 12). Para a autora, mostrar essa versão de uma história que todos conhecem e estudam há anos foi o que a levou a escrevê-la.

O ponto principal do ensaio nunca foi sugerir que eu me julgo especialmente oprimida e sim tomar essas conversas como a extremidade mais estreita da cunha que abre espaço para os homens e fecha o espaço para as mulheres – espaço para falar, para ser ouvida, para ter direitos, participar, ser respeitada, ser um ser humano pleno e livre. (SOLNIT, 2017, p. 27).

A prática investigativa é, certamente, a que melhor traduz o interesse em aprofundar histórias que envolvam crimes, mortes e violência contra as mulheres. Segundo Sequeira (2005), essa investigação é, de acordo com Lage, o que torna o jornalista “o guardião da sociedade”, sendo “[...] aquele tipo de jornalismo que visa evidenciar as misérias presentes ou passadas de um corpo social, num esforço para contar os fatos como eles são, foram ou deveriam ter sido” (SEQUEIRA, 2005, p. 24), ou seja, esse método é necessário para direcionar e aprofundar o que deve ser trazido à tona.

Para que ocorra esse aprofundamento, com o jornalismo mediando a realidade e dando um panorama amplo da informação, a literatura vem para trabalhar de forma aliada ao texto informativo tendo “[...] um potencial excepcional de narrar, descrever, interpretar e aprofundar os acontecimentos, colaborando para a formação de um discurso autônomo e confiável” (BORGES, 2013, p. 190). O autor situa o Jornalismo Literário como uma contribuição diferenciada, ou seja, este gênero jornalístico que vem com a teoria do *New Journalism* norte-americano é notado como uma fala que está em constante transformação.

As maneiras de relatar algo ou contar a história, sob as lentes da realidade e da ficção, passam a representar novos tempos com a adoção de outras linhas de comportamento e de interesse pecuniários, atreladas a uma maior urbanização, à valorização da individualidade e a outro olhar sobre o mundo em profunda mudança. (BORGES, 2013, p. 208).

Lais de Mello Rocio (2020) coloca que como representante da sociedade “entende-se que cabe à imprensa o esclarecimento dos mecanismos de desigualdade de gênero que fazem parte da construção social” (ROCIO, 2020, p. 2-3).

Ao praticar o jornalismo investigativo, conclui Dines, o repórter não se obriga, necessariamente, a uma postura de denúncia. Ele pode comportar uma atitude grave, estudiosa e, sobretudo, responsável, desde que o jornalista adote o princípio filosófico de que qualquer questão oferece duas perspectivas – uma a favor e outra contra. (SEQUEIRA, 2005, p. 22).

De acordo com Sequeira (2005, p. 29) “a reportagem investigativa interpretativa surge como resultado de cuidadosa reflexão e análise de uma ideia, bem como de uma busca obstinada dos fatos”, com o novo contexto que é dado, cria-se um melhor entendimento do ocorrido por um novo olhar para o acontecimento.

[...] É fundamental que o jornalista realize um estudo documental dos antecedentes do fato que está sendo apurado, pois só assim terá em mãos todos os passos do problema, o que o ajudará a traçar sua estratégia quanto ao processo de apuração sob todos os ângulos. Somente conhecendo a totalidade da história, o jornalista poderá ter ideia perfeita sobre as implicações do fato e como agir sobre ele. (SEQUEIRA, 2005, p. 91).

Para essa investigação jornalística, segundo a autora de *A guerra não tem rosto de mulher*, é da competência do repórter estar alerta ao que acontece ao seu redor, no determinado país e no mundo, e manter a visão histórica em relação aos fatos. Ou seja, a autora contemporânea mantém um olhar sobre o que ocorre e já ocorreu, e utilizando uma linguagem literária, transformam esses acontecimentos em livro.

No caso deste trabalho, analisou-se o conteúdo teórico e literário sobre a população feminina e o que ela sofre na sociedade em que está inserida, por que segundo Almada (2018, p. 13) “não sabia que uma mulher podia ser morta pelo simples fato de ser mulher, mas tinha escutado histórias que, com o tempo, fui ligando umas às outras. Casos que não terminavam com a morte da mulher, mas em que ela era objeto de misoginia, do abuso, do desprezo”.

Soma-se a isso o fato que “a maioria das mulheres luta [...] simplesmente pelo direito de falar, de ter ideias, de ser reconhecida como alguém que está de posse de fatos e de verdade, que tem valor, que é um ser humano” (SOLNIT, 2017, p. 22).

Portanto, a partir das exposições teóricas acerca do meio jornalístico literário, suas características, a expressão jornalística por meio da literatura no contexto social feminino e a necessidade de trazer à tona a história das mulheres e suas lutas na sociedade em que estão inseridas, o presente trabalho buscou explicitar essa urgência informacional.

1.1 Problema de pesquisa

A partir da problemática sobre a pouca representatividade feminina em acontecimentos históricos, o jornalismo literário poderia recuperar a importância da mulher e também trazer à tona injustiças sofridas nestes e em outros contextos, sob o olhar de uma autora também do sexo feminino?

1.2 Hipóteses

- 1) A produção literária é capaz de tornar a luta das mulheres mais atrativa para ser lida por conta das suas características narrativas, diferentemente do conteúdo noticiado no dia a dia;
- 2) A investigação jornalística encontra um terreno fértil para ser evidenciada no formato livro-reportagem;
- 3) Quando a mulher é protagonista, seja como fonte ou como autora, são reveladas também violências sutis, do campo simbólico, além de todas as outras formas de agressão.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Identificar, por meio de uma análise de conteúdo da obra *A guerra não tem rosto de mulher*, como é incorporado o jornalismo literário como expressão jornalística da representatividade feminina.

1.3.2 Específicos

1. Compreender diversas formas de violência sofridas pela mulher na narrativa *A guerra não tem rosto de mulher*;
2. Discorrer sobre o livro-reportagem como uma expressão jornalística atrativa para informar sobre a luta social feminina;

3. Contribuir com os estudos sobre a relação entre jornalismo e representatividade feminina.

1.4 Justificativa

O presente trabalho de conclusão de curso justifica-se por conceber a análise de conteúdo sobre a literatura como uma expressão jornalística da representatividade feminina na sociedade em que estão inseridas por meio da obra contemporânea *A guerra não tem rosto de mulher*, trazendo à tona elementos necessários para a construção do conteúdo, e as dificuldades que estão presentes na vida das mulheres.

Do ponto de vista teórico, ao fazer o levantamento bibliográfico para a produção do seguinte trabalho, encontrou-se no *Google Acadêmico* muito pouco sobre o assunto em questão, evidenciando a necessidade do estudo do jornalismo literário e sua relação com o universo feminino, a fim de exaltar a luta das mulheres, mostrando a importância para uma igualdade de gênero e a educação em relação a realidade feminina.

Entende-se que este trabalho poderá contribuir para a ampliação do conteúdo jornalístico literário como forma de expressão e representatividade das mulheres de forma social e histórica. Trata-se também, segundo Guzzo e Teixeira (2011, p.74), de uma forma de “unir a arte ao estritamente real”.

Isto é importante porque, segundo os dados do portal *The World Bank*, 49,584% da população mundial são mulheres, ou seja, a estimativa de mulheres no mundo é de 3.804 bilhões. “A Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em junho de 1993, em Viena, reconheceu no artigo 18 da sua Declaração que: “os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais [...]” (MONTEBELLO, 2000, p. 155).

Somando-se a isso, “o direito de aparecer e de falar é algo básico para sobrevivência, a dignidade e a liberdade” (SOLNIT, 2017, p. 28). Contudo, como foi discorrido pela autora Solnit

São as ideias preconcebidas que tantas vezes dificultam as coisas para qualquer mulher em qualquer área; que impedem as mulheres de falar, e de serem ouvidas quando ousam falar; que esmagam as mulheres jovens e as reduzem ao silêncio, indicando, tal como ocorre com o assédio nas ruas, que esse mundo não pertence a elas. (SOLNIT, 2017, p. 15).

O trabalho também é proposto na oportunidade de ressaltar os efeitos da utilização da literatura como um meio de comunicação na educação da realidade feminina, ou seja, ao utilizar meios literários pode-se aprofundar o assunto uma vez que, “segundo Lima (1998) deve ser encontrar quantas camadas da realidade sejam necessárias para explicar o fato, para mostrá-lo cruamente, de forma mais abrangente possível” (GUZZO; TEIXEIRA, 2011, p. 74)

Sob essa perspectiva, “pode utilizar-se do livro-reportagem como forma de divulgação e denúncia do que conseguiu apurar. A vantagem de essa denúncia ocorrer em um livro é a liberdade editorial e de escrita, ausente nos meios de comunicação convencionais” (GUZZO; TEIXEIRA, 2011, p. 74).

Com um estudo voltado às mulheres, acredita-se ser possível desenvolver a realidade feminina e sua luta diária e, através do jornalismo, despertar o interesse pela busca de conhecimento, que tem como função ampliar a visão de mundo, neste caso, ao associar o jornalismo com a literatura.

Do ponto de vista teórico, o trabalho justifica-se por analisar o conteúdo das peças literárias segundo estudos de comunicadores e profissionais do jornalismo, a fim de discorrer e explicitar a situação que se encontra a sociedade pela visão das mulheres. É também uma oportunidade de produzir conteúdo extremamente relevante que impacte positivamente pessoas de qualquer idade, incentivando a reflexão sobre ideias preconcebidas que precisam ser quebradas.

1.5 Estrutura da Monografia

Capítulo 1: contei a introdução da pesquisa, abordando parte da fundamentação teórica, problema de pesquisa, hipóteses, objetivos e a metodologia inicial, mostrando a busca inicial do tema que foi desenvolvido.

Capítulo 2: possui um total desenvolvimento da fundamentação teórica, onde é possível observar toda a linha de pensamento que se seguiu para desenvolver esta monografia, como a abordagem do jornalismo e do jornalismo literário, a história das mulheres no mundo da literatura e a linha do tempo dos seus direitos.

Capítulo 3: apresenta-se a metodologia deste trabalho de conclusão de curso, que consiste em uma pesquisa documental, para dados atuais e da internet, uma pesquisa bibliográfica, sendo o que dá maior base para o texto, e por fim, apresenta a análise de conteúdo, que é o foco dessa monografia, como a forma de pesquisa selecionada para desenvolver o trabalho.

Capítulo 4: analisa-se o conteúdo por meio da discussão dos resultados obtidos, ao fazer a análise de conteúdo no objeto de estudos, primeiro quantitativa depois qualitativa, para entendermos se as hipóteses são verdadeiras ou não, mostrando como o que foi estudado no primeiro capítulo dá base para compreender o objeto de estudo.

Capítulo 5: por fim, conclui-se o trabalho trazendo as considerações finais que foram feitas após tudo que foi analisado e como esse trabalho pode enriquecer o conteúdo histórico e da área de comunicação também.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Jornalismo e Literatura

2.1.1 Jornalismo literário

A história do jornalismo literário começa quando uma nova categoria é criada para o Prêmio Pulitzer, a reportagem investigativa, que os autores Kovach e Rosenstiel (2004, p. 169), afirmam dar “maior ênfase ao papel da imprensa como um setor ativo, reformista, denunciador”. Com o jornalismo em constante transformação, era de esperar que uma nova categoria de gênero fosse criada, uma vez que a profissão tem como responsabilidade “examinar os cantos ocultos da sociedade” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 174). Entretanto, ainda não se acreditava que a literatura e o jornalismo poderiam andar juntos por suas diferentes características, como a ficção e não-ficção, respectivamente.

A responsabilidade jornalística combinada ao que os mesmos autores chamam de “buscar vozes ignoradas” e histórias não descobertas é aquilo que antecede o Jornalismo Literário, este “é resultado do “desrespeito” a certos parâmetros, da promoção de encontros discursivos, de plurifocalidades”, afirma Borges (2013, p. 84), o que não significa jogar fora o que se aprendeu no jornalismo diário, como explica Felipe Pena:

Não se trata apenas de fugir de amarras da redação ou de exercitar a veia literária em um livro-reportagem. O conceito é muito mais amplo. Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lead, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. No dia seguinte, o texto deve servir para algo mais do que simplesmente embulhar o peixe na feira. (PENA, 2021, p. 13).

Pena dedica um capítulo de seu livro *Jornalismo Literário* a falar sobre o Novo Jornalismo, ou *New Journalism*, a nomenclatura que antecede Jornalismo Literário. Segundo o autor, esse gênero do jornalismo teve início, de forma documentada, no ano de 1973, por Tom Wolfe¹, porém Pena explica que Wolfe não foi o precursor do estilo, “segundo o professor Carlos Rogé, o termo Novo Jornalismo apareceu pela primeira vez em 1887, mas foi usado de forma jocosa para desqualificar o britânico WT Stead” (PENA, 2021, p. 52). Ele explica também que alguns historiadores consideram Daniel Defoe² como “o primeiro jornalista literário moderno”. Isto se

¹ Thomas Kennerly Wolfe (1930-2018), conhecido como Tom Wolfe, foi um jornalista e escritor norte-americano, considerado um dos fundadores do *New Journalism*, movimento jornalístico das décadas de 1960 e 1970.

² Daniel Defoe (1660-1731), conhecido por seu livro *Robinson Crusoe*.

explica pelo fator de que antes do manifesto de Tom Wolf sobre o gênero, ainda no século XX havia escritores que anteciparam esta categoria jornalística, “o mais significativo deles talvez seja John Hersey, autor do célebre *Hiroshima* (1946)” (PENA, 2021, p. 53), vale lembrar que este antes de se tornar livro, foi publicado na revista *The New Yorker*. “A mesma estratégia foi utilizada 19 anos depois por Truman Capote no livro *A Sangue Frio*” (PENA, 2021, p. 53).

Aquilo que vai possibilitar a adoção e estabelecimento do Novo Jornalismo contemporâneo, nos Estados Unidos da América, nos anos 1960, “é a insatisfação de muitos profissionais da imprensa com as regras de objetividade do texto jornalístico, expressas na famosa figura do lead, uma prisão narrativa que recomenda começar a matéria respondendo às perguntas básicas do leitor” (PENA, 2021, p. 53).

Sendo assim, Wolfe mostra em seu manuscrito sobre o *New Journalism* norte-americano a forma de “evitar o aborrecido tom bege pálido dos relatórios que caracteriza a tal “imprensa objetiva”, explica Pena (2021, p. 54), uma delas foi ir contra a base do jornalismo chamada objetividade e serem mais subjetivos, “o texto deve ter valor estético, valendo-se sempre de técnicas literárias”, o autor (Pena, 2021) segue explicando que o movimento se estabeleceu instintivamente, porém Wolfe registrou quatro recursos básicos para o Novo Jornalismo. Estes sendo, reconstruir a história cena a cena, registrar diálogos completos, apresentar as cenas pelos pontos de vista de diferentes personagens e registrar hábitos, roupas, gestos e outras características simbólicas do personagem.

Estas características ao entendermos que “a ficção se efetiva por retrabalhar a matéria-prima fornecida pelo mundo e pelo homem e, a partir dela, fundar suas histórias, criar seus universos. Isso, porém não significa que não possa falar de algo palpável, verificável, historicamente – ou jornalisticamente – comprovável” (BORGES, 2013, p. 135).

Sendo assim, é possível compreender que um dos fatores que impulsionou a visibilidade do jornalismo literário foi o livro-reportagem. Edvaldo Pereira Lima (1995, p.18) evidencia que o livro-reportagem possui uma carência em conceitos precisos, seu intuito foi “suprir a carência existente, de modo a formar um quadro conceitual básico”. Deste modo, o mesmo opta pela “Teoria Geral dos Sistemas, tal qual formulada por Ludwing von Bertalanffy”, onde seus princípios apontados são automaticamente aceitos como universais, estes são “a contextualização do fenômeno”, “o mapeamento do fenômeno no tempo” e “a identificação da função que o sistema vem desempenhando e poderá vir a desempenhar”.

O autor explica em seu livro *Páginas Ampliadas* que “o livro-reportagem é o veículo não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos” (LIMA, 1995, p. 29-30). O livro-reportagem se distingue de outras publicações literárias por três condições essenciais, que o autor apresenta por serem, “quanto ao conteúdo”, já que fala de um conteúdo real e factual, “quanto ao tratamento”, possuindo uma linguagem, montagem e edição jornalística, e por fim “quanto à função”, com o objetivo de informar, orientar e explicar.

Sob este raciocínio, é fácil compreender que o livro-reportagem, agora, como no passado, é muitas vezes fruto da inquietude do jornalista que tem algo a dizer, com profundidade, e não encontra espaço para fazê-lo no seu âmbito regular de trabalho, na imprensa cotidiana. Ou é fruto disso e (ou) de uma outra inquietude: a de procurar realizar um trabalho que permite utilizar todo o seu potencial de construtor de narrativas da realidade. (LIMA, 1995, p. 33).

Ao longo de seu estudo, Lima (1995, p. 34) identifica dois grupos de livros-reportagem, o primeiro sendo aquele que “se origina de uma grande-reportagem ou uma série de reportagens veiculadas na imprensa cotidiana”, e o segundo é aquele que é “originado, desde o começo, de uma concepção e de um projeto elaborado para livro”.

Para Lima, haveria duas categorias básicas de livros-reportagem. A primeira delas é quando “o livro reportagem aproveita um fato de repercussão atual”, explorando-o com um maior alcance, denominado *livro-flash*, que se originou em 1968. E a segunda trata de temas mais longínquos e de forma mais aprofundada, onde “o livro-reportagem não se limita ao rigorosamente atual, trabalhando temas um pouco mais distantes no tempo”, desta forma o jornalista pode explorar “as origens, no passado, das realidades contemporâneas”, o que permite que abordem temas não específicos e atemporais.

Jornalismo é contar uma história com uma finalidade. A finalidade é fornecer às pessoas informação que precisam para entender o mundo. O primeiro desafio é encontrar a informação que as pessoas precisam para tocar suas vidas. O segundo desafio é essa informação significativa, relevante e envolvente. [...] Em outras palavras, parte da responsabilidade de um jornalista não é só fornecer informação, mas fornecê-la de uma maneira que as pessoas se sentirão inclinadas a ouvi-las. (KOVACH, ROSENSTIEL; 2004, p. 174).

O principal ponto de discussão ao longo da teorização e classificação do Jornalismo Literário e do livro-reportagem é o comprometimento com a verdade ao adquirir um grau de ficção no relato. Borges (2013, p. 222) discorre sobre esse fator ao falar que “o propósito do jornalismo e seu papel simbólico são sensivelmente diferentes das finalidades da literatura e de seu

posicionamento diante do leitor”, e segue apontando que “florear uma matéria não a torna literária, equívoco que é estimulado pela crença de que o Jornalismo Literário deva respeitar as mesmíssimas práticas e teorias do jornalismo convencional” (2013, p. 181), ou seja, acreditava-se que era necessário manter o viés jornalístico tradicional, uma imparcialidade, neutralidade e objetividade mesmo que seu foco fosse o viés literário para aprofundamento da informação.

No entanto, os argumentos são refutados por Lima (1995, p.173), em que é possível perceber a importância de ambos os fenômenos, pois o texto é “onde cada profissional testava sua força de expressão. Onde cada um manipulava como lhe aprouvesse os elementos da artesanaria literária emprestados à escritura do real contemporâneo”.

Martinez (2017) expõe em seu artigo os recursos da literatura que eram usados no Jornalismo Literário estadunidense nos anos 1970, “a construção cena a cena; o uso de diálogos; os símbolos de *status* de vida e, mais difícil de ser encontrado, o ponto de vista flexível (WOLFE, 2005)” (MARTINEZ, 2017, p. 29), esses artifícios, como é citado pela autora, ainda são usados de maneira desintencional por jornalistas nacionais.

Como citado acima no texto, Wolfe registrou quatro métodos que ligam a Literatura ao Jornalismo, porém Martinez (2017, p. 29) explica que “o Jornalismo Literário ultrapassa essa interface, estabelecendo relação com outros saberes, como a Sociologia, em particular por meio de técnicas imersivas como a observação participante”. Entende-se, neste contexto, que essa categoria jornalística ultrapassa o comprometimento padrão do jornalismo noticioso do dia a dia, trazendo mais informações e de maneira aprofundada.

[...] Podemos compreender o Jornalismo Literário do século XXI como a modalidade de prática jornalística que emprega métodos de captação e observação da realidade das Ciências Sociais, área onde o jornalismo se insere. Uma vez selecionados, esses dados, ressignificados a partir da experiência do profissional, são redigidos com técnicas provenientes da literatura com o objetivo de criar um relato não-ficcional envolvente, que permita a compreensão aprofundada do tema (MARTINEZ, 2017, p. 30 *apud* MARTINEZ, 2012, p. 120).

Portanto, é dessa maneira que o Jornalismo Literário se mostra comprometido e importante na nova maneira de trazer fatos à tona, utilizando técnicas e princípios do jornalismo noticioso, com a estética e ferramentas da literatura, tornando o texto de não-ficção mais atrativo ao público.

2.1.2 Mulheres escritoras

Lira (2016), em seu artigo sobre as mulheres na literatura, explica que Virginia Woolf, uma romancista revolucionária do século XX e quem mais escreveu defendendo os direitos das mulheres, e Judith Butler, uma filósofa pós-estruturalista e uma das principais teóricas do feminismo, dialogam a respeito da precariedade da vida da mulher e “a visão delas da literatura”, de modo que a produção literária representou uma idealização do feminino.

[...] Quando um tema é altamente controverso – e assim é qualquer questão sobre sexo –, não se pode pretender dizer a verdade. Pode-se apenas mostrar como se chegou a qualquer opinião que de fato se tenha. Pode-se apenas dar à plateia a oportunidade de tirar suas próprias conclusões, enquanto observa as limitações, os preconceitos e as idiossincrasias do orador. É provável que a ficção contenha aqui mais veracidade que fato. (WOOLF, 2019c, p. 10)

Esse é o ponto principal que Virginia Woolf levanta em seu livro *Um teto todo seu*, quando mostra que para a mulher ter uma liberdade na ficção é necessário que, segundo sua opinião, tenha “dinheiro e um teto todo seu”, porém segue explicando que esse não é a solução para o problema – este sendo, ainda segundo ela, “a verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção” (WOOLF, 2019c, p. 9). Como citado ao longo da monografia, o gênero masculino se mostra mais salientado ao longo da história ao argumentar sobre o sexo oposto.

[...] O surpreendente e de difícil explicação era o fato de que o sexo – quer dizer, a mulher – atrai também ensaístas agradáveis, romancistas desonestos, rapazes com diploma de licenciatura em letras; homens sem diploma algum; homens sem qualificação aparente, salvo o fato de não serem mulheres. Alguns desses livros eram, a julgar pela aparência, frívolos e jocosos; mas muitos, por outro lado, eram sérios e proféticos, moralistas e exortatórios. [...] Era um fenômeno extremamente estranho, e, aparentemente – neste ponto, consultei a letra M – um fenômeno restrito ao sexo masculino. As mulheres não escrevem livros sobre os homens. (WOOLF, 2019c, p. 32-33).

Duarte (2003) enfatiza o movimento feminino da literatura legítimo ter atravessado décadas, algo que acabou causando transformações na relação entre homens e mulheres. A autora segue evidenciando dois resultados, “a vitória do movimento feminista” e a inquestionável integração da mulher na sociedade, mas houve “grande derrota”, que ao ver de Duarte (2003, p. 151) “foi ter permitido que um forte preconceito isolasse a palavra, e não ter conseguido se impor como motivo de orgulho para a maioria das mulheres”.

Bem como pouco digna foi considerada sua história, esta foi pouco contada. “Na maior parte das vezes, entende-se como feminismo apenas o movimento articulado de mulheres em torno de determinadas bandeiras; e tudo o mais fica relegado a notas de rodapé” (DUARTE, 2003, p.

152). E Virginia Woolf, na obra *Mulheres e Ficção*, traz a ambiguidade entre “alusão às mulheres e à ficção que elas escrevem, ou às mulheres e à ficção que é escrita sobre elas” (2019a, p. 9) pois este jogo de palavras é desejado para tornar as “notas de rodapé” flexíveis, para que a mulher fosse considerada mais do que o seu trabalho no lar e os pré-conceitos estabelecidos pela sociedade patriarcal, como é ressaltado pela autora no livro *Um teto todo seu* (2019c, p.102-103), “no cérebro do homem, o homem predomina sobre a mulher, e, no cérebro da mulher, a mulher predomina sobre o homem. O estado normal e confortável é aquele em que os dois convivem juntos em harmonia, cooperando espiritualmente”.

Não somente esquecido, o mundo das palavras é considerado por Zinani (2013, p. 20) um território essencialmente masculino, o que traz a visão escrita nos livros com uma tradicionalidade patriarcal. “O mundo deveria ser reformado de cima a baixo, numa série de maneira”, é isto que Virginia Woolf nos oferece em um de seus artigos, reunido na obra *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*, ou seja, quebrar o paradigma ideológico da inferioridade feminina e, segundo Solnit (2017) é necessário que seja compreendida a quebra da visão da mulher como dona de casa; e as lutas feministas não como uma guerra de gêneros que precisa ter um só vencedor, mas sim alcançar a realidade em que o homem já vive.

Judith Butler, fala sobre a performatividade como citacionalidade, em sua obra *Corpos Que Importam*, o processo não pode ser entendido fora de um contexto social de normas e regulamentações repetitivas, constituindo um ritual que capacita o sujeito. A filósofa pós-estruturalista, conduz uma heteronormatividade que conduz a sociedade em que se inserem os gêneros femininos e masculinos do sujeito social.

Quando na linguagem laciana, diz-se que alguém assume um “sexo”, a gramática da frase cria a expectativa de que existe um “alguém” que, ao despertar, reflete e delibera sobre o “sexo” que assumirá nesse dia, gramática essa em que a “assunção”³ é rapidamente assimilada à noção de uma escolha bastante refletida. Mas, se o que *impõe* essa “assunção” é um aparato regulador da heterossexualidade e uma assunção que é reiterada com a produção forçada do “sexo”, trata-se portanto de uma “assunção” de sexo forçada desde o princípio. E se existe uma liberdade de *agência*, ela deve ser encontrada, paradoxalmente, nas possibilidades que oferecem a apropriação obrigada da lei reguladora, a materialização dessa lei, a apropriação compulsória e a identificação com tais demandas normativas. (BUTLER, 2019, p. 35).

³ Proposição que, uma vez formulada e aceita, dá origem a uma série de inferências irrefutáveis e necessárias.

Dessa forma, compreendesse que, ao inserir no contexto social analisado, o “sexo” assumido é o masculino, onde é imposto por meio deste uma série de regulamentações, que a teórica feminista diz ser aquela que identificara as demandas normativas, ou seja, utilizando as definições de Butler, o homem impões suas demandas sociais e políticas.

Woolf (2019b, p. 10) ainda relata sobre o fato de que “escrever era uma atividade respeitável e inofensiva. O riscar da caneta não perturbava a paz do lar. Não se retirava nada do orçamento familiar”, mas a escritora segue explicando que para que fosse possível ela teria que matar, o que ela chama de “O Anjo do Lar”, um fantasma da mulher respeitável da sociedade patriarcal do século XIX, porém segundo a autora “é muito mais difícil matar um fantasma do que uma realidade” (WOOLF, 2019b, p. 11).

E a modificação deste status mental e físico é a desconstrução do sujeito feminino, como explica Zinani (2013, p. 55) porque uma vez que ocorre esta mudança todos os “papeis sociais” deixam de ser “fixos e definidos” e se tornam “abertos e indeterminados”.

Sou mulher, é verdade; tenho emprego, é verdade; mas que experiências profissionais tive eu? Difícil dizer. Minha profissão é a literatura; e é a profissão que, tirando o palco, menos experiência oferece às mulheres - menos, quero dizer, que sejam específicas das mulheres. Pois o caminho foi aberto muitos anos atrás – por Fanny Burney, Aphra Behn, Harriet Martineau, Jane Austen, George Eliot; muitas mulheres famosas e muitas outras desconhecidas e esquecidas vieram antes, aplainando o terreno e orientando meus passos. (WOOLF, 2019a, p. 9-10)

Woolf nos oferece o nome de ícones da literatura inglesa que antecederam a própria escritora. Apesar de citar grandes nomes, ainda temos as irmãs Brönte, Mary Shelley, Simone de Beauvoir, Margaret Atwood, Mary Wollstonecraft, que foram pioneiras da inserção da mulher na literatura. Hoje temos grandes nomes da contemporaneidade, como N.K. Jemisin, que segundo o site Valkirias (2021b), foi a “única escritora a ser agraciada com o Prêmio Hugo, um dos maiores prêmios da literatura de ficção científica, por três anos consecutivos”, Tahereh Mafi, autora de uma série fantástica de sucesso e da obra *A Very Large Expanse of Sea*, que Valkirias (2021a) cita como “um tanto quanto biográfica”, Xue Xinran, escritora e jornalista chinesa, e Daniela Arbex, jornalista, escritora e documentarista brasileira, autora de grandes livros-reportagens nacionais como *Cova 312* e *Holocausto Brasileiro*.

2.1.2.1 A autora de *A guerra não tem rosto de mulher*

Svetlana Aleksandrovna Aleksievitch, nasceu em Stanislav, onde hoje é Ivano-Frankivsk, na Ucrânia, em 31 de maio de 1948. A escritora e jornalista cresceu na Bielorrússia e estudou jornalismo na Universidade de Minsk. Trabalhou na década de 1970 no jornal das fazendas coletivas soviéticas “Selskaya Gazeta”, da edição de cartas à redação. A jornalista trabalhou em vários jornais locais antes de começar seu trabalho como correspondente para a revista literária *Neman*. Sua carreira de escritora começa na escola com pequenos contos e poesias, porém se impulsionou para o mundo dos livros com seu trabalho na revista *Neman*, onde dedicou-se à escrita de narrativas de entrevistas com testemunhas de grandes acontecimentos de seu país, como a Segunda Guerra Mundial e a fatalidade de Chernobyl.

O *Correio Braziliense* (2015), relatou que “por conta da perseguição no regime do presidente Aleksandr Lukashenko, Aleksievitch abandonou o leste europeu e foi morar em cidades como Paris, Berlim e Gotemburgo. Em 2011, voltou para Minsk”.

A matéria segue evidenciando que a autora, considerada uma das mais ilustres a escrever sobre a Rússia de antigamente, tem suas obras traduzidas para 22 línguas, e a mesma recebeu uma vasta aceitação por parte da crítica. Aleksievitch recebeu o prêmio Nobel de Literatura em 2015, com sua obra *Vozes de Tchernóbil: crônica do futuro*, além de ter sido premiada internacionalmente com o Erich Maria Remarque Peace Prize, em 2001, o National Book Critics Circle Award, em 2006, e segundo o *Correio Braziliense* (2015) “*O fim do homem vermelho* recebeu o Prêmio Médicis Ensio, em 2013, e foi considerado o Melhor Livro do Ano pela revista *Lire*”.

A guerra não tem rosto de mulher é um livro sobre a guerra, originalmente lançado em 1985, foi traduzido para o português pela Companhia das Letras em 2016. O livro é uma série de relatos de mulheres soviéticas que participaram da 2ª Guerra Mundial na linha de frente do exército vermelho.

Mas por quê? – perguntei-me mais de uma vez – Por que, depois de defender e ocupar seu lugar em um mundo antes absolutamente masculino, as mulheres não defenderam sua história? Suas palavras e seus sentimentos? Não deram crédito a si mesmas. Um mundo inteiro foi escondido de nós. A guerra delas permaneceu desconhecida... Quero escrever a história dessa guerra. A história das mulheres. (ALEKSIEVITCH, 2016, p. 12-13)

É isso que Svetlana Aleksievitch faz ao longo de 390 páginas, ela dá voz a um grande grupo que por muitos anos foi silenciado, trazendo à tona um lado da história que nunca antes tinha sido explorado.

O Estado do Leste Europa, conhecida como Belarus, terra natal da autora, possui o Museu da Grande Guerra Patriótica, onde a participação do país na Segunda Guerra Mundial é relembrada.

[...] Foi ocupada pelos exércitos Nazis durante a II Guerra Mundial. (Infopleas, 2012; Novik, 2012). Após a II GM a Bielorrússia pertenceu à URSS, alcançou a independência em 1991 e assinou um tratado para aprofundar a relação com a Rússia em 1999, mas não o implementou, devido à existência de divergências entre o Governo Bielorrusso e o Governo Russo sobre o que alcançar (CIA, 2011a). (FERNANDES, 2012, p. 27).

O governo segue lutando com problemas, como a discriminação de gênero, que vem sendo um problema principal desde o conflito da Guerra Mundial, “a Constituição Bielorrussa proíbe discriminação com base no gênero, ou seja, a nível da legislação o Governo Bielorrusso não faz discriminação com base no gênero [...] Existem áreas para as quais não existe proteção legal, nomeadamente a questão de violação/abuso sexual dentro do casamento (E.U.A., 2008)” (FERNANDES, 2012, p. 87), mesmo sendo um assunto que a Organização das Nações Unidas vêm como uma questão importante que deve ser analisada, nos dias atuais, essa é observada pelo jornal *El País*, onde foi documentado a luta das mulheres em relação ao governo opressor e ditatorial do país.

Em um país profundamente patriarcal, onde seu líder autoritário não economiza comentários sexistas e não há leis específicas contra a violência machista, muitas mulheres se descobrem agora como sujeitos políticos e de direitos. E mesmo que a igualdade de gênero ainda não ocupe um lugar substancial na agenda, suas mobilizações constantes pela democracia plantam as bases de uma incipiente onda feminista. [...] As marchas feministas e seu poder desconcertaram completamente o Governo, afirma Marina Mentusova. Como também não esperava que a candidata presidencial Svetlana Tsikhanouskaya, unida a outras duas mulheres, liderasse e unificasse a oposição. (SAHUQUILLO, 2020)

Sendo assim, compreendes-se a importância da expressão jornalística por meio do livro reportagem da autora contemporânea bielorrussa para trazer a tona milhares de vozes silenciadas na luta da discriminação de gênero, por conta do conformismo da sociedade patriarcal e seus ensinamentos machistas observados ao longo dos relatos da obra.

2.2 O Lugar da Mulher na Sociedade

2.2.1 Desigualdades

Araújo (2021) reconstrói a história do sujeito feminino ao estudar Simone de Beauvoir, escritora francesa, ativista, feminista e teórica social, ela evidencia a perspectiva da percepção da

mulher sendo sempre do outro, nunca dela mesma, seja em qualquer área de sua vida, tornando a mulher um indivíduo explorado, regido pelo Estado, que é chefiado pelo sujeito masculino.

É essencialmente a mulher que ordena essa vida mundana. O homem acha-se ligado à coletividade, enquanto produtor e cidadão, por laços de uma solidariedade orgânica baseada na divisão do trabalho: o casal é uma pessoal social, definida pela família, a classe, o meio, a raça a que pertence, presa por laços de uma solidariedade mecânica aos grupos que se situam socialmente de maneira análoga; a mulher é que é suscetível de encarná-lo com mais pureza: as relações profissionais do marido muitas vezes não coincidem com a afirmação de seu valor social; ao passo que a mulher, não solicitada por nenhum trabalho, pode confinar-se na convivência com seus pares; além disso, ela tem os lazeres de assegurar em suas “visitas” e suas “recepções” essas relações praticamente inúteis e que, bem-entendido, só têm importância nas categorias interessadas em manter sua posição hierárquica social, isto é, que se julgam superiores a algumas outras. (BEAUVOIR, 2009, p. 319)

Beauvoir (2009) contextualiza, na sua obra *O segundo sexo*, no volume 2, a situação da mulher na luta da independência do mito da feminilidade e o domínio do homem pela mulher. Zinani (2013) retoma trazendo as diferentes possibilidades de dominação, apresentadas por Weber (1999), estas são a dominação legal, onde é levado em consideração nossos direitos e deveres, a dominação carismática, onde se pode notar um teor de personalidade envolvido, a dominação tradicional, que se mantém pelas crenças, tradições e cultura, e a dominação patriarcal, definida como um exercício de poder do senhor para com seus “súditos”, ou seja, um controle de um gênero sob o outro.

A crise geral da modernidade tem suas raízes na imposição do gênero. Separação e inequidade começam aqui, no mesmo período em que emergem uma cultura simbólica que se torna definitiva, do mesmo modo que a domesticação e a civilização: patriarcal. A hierarquização de gênero não pode mais ser corrigida, nem o sistema de classes ou na globalização. Sem uma profunda e radical libertação das mulheres, estaremos consignados ao logro mortal e à mutilação agora disseminada, como o assustador dobrar de um sino que alcança a todos os lugares. A totalidade da existência não-generificada, como na origem do mundo, pode ser a prescrição para nossa redenção. (ZERNAN, 2011, p. 9)

Zernan (2011) esclarece que o termo *patriarcado* significa “o domínio sobre a mulher e a natureza”. Morgante e Nader (2014) seguem elucidando que esta palavra e seu conceito são mutáveis e com a chegada da modernidade o *patriarcado* evolui para o *patriarcado moderno*, porque o sentido literal é “de governo do pai ou de direito paterno”, o que já não tem total relação com o contexto que é empregado na atualidade.

Desta forma é importante entender o conceito do termo não na sua forma adjetiva, mas sim sociocultural torna “urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser

mapeada” (MORGANTE; NADER, 2014, p. 9 *apud* PATEMAN, 1993, p. 40). Ou seja, podemos usar as palavras para trazer à tona seus reais significados e o que está por trás daquilo que não foi contado. Como foi dito no livro, há uma guerra que foi escondida e calada que quando revelada Rebecca Solnit (2017) sustenta uma teoria de que a outra batalha que nunca acabou.

Talvez haja uma verdadeira guerra agora, não uma guerra dos sexos – a divisão não é tão simples, já que há mulheres conservadoras e homens progressistas em lados opostos – mas sim uma guerra de papéis de gênero. É uma prova de que o feminismo e as mulheres continuam realizando avanços que ameaçam e enfurecem algumas pessoas. (SOLNIT, 2017, p. 188)

A autora ainda explicita que mesmo que ocorra esta libertação das mulheres, o retrato visto pelos homens deste movimento é uma pretensão de invadir o campo deles, tirando seus poderes e privilégios, tornando a vida um jogo no qual somente um gênero por vez pode ser livre e poderoso. Todo este conflito, assim como este trabalho, gira ao redor da linguagem, do uso de palavras para expressar determinado sentimento.

Como notou Astra Taylor em seu novo livro, *The People's Platform* [A Plataforma do Povo], a linguagem da liberdade de expressão é usada para proteger o discurso do ódio, que é em si uma tentativa de privar outras pessoas da sua liberdade de expressão, de amedrontá-las até que calem a boca (SOLNIT, 2017, p. 161).

Portanto, é possível compreender que este ensinamento tradicional que é a desigualdade de gêneros, torna o comportamento esperado e assim é possível compreender uma pressão comportamental para com os indivíduos que participam de determinado grupo.

2.2.2 Direitos conquistados

São metade da população mundial e são a fundação de todos os seres humanos, porém foram esquecidas ou deixadas de lado ao longo de milhares de anos. O marco da integração da mulher como um indivíduo de direitos e deveres foi a Carta das Nações Unidas de 1945; antes disso quem determinava todo aspecto da sua vida era o seu “responsável”, ou seja, pai, marido, filho.

Silva e Silva (2020) parafraseando Guarnieri (2010, p.4) explicam que “foi a partir dessa [Carta], que as questões de gênero, antes relegados ao domínio doméstico das jurisdições nacionais, passaram, em definitivo, para o âmbito das considerações globais; iniciando-se, assim, um processo internacional de codificação dos direitos das mulheres”. As autoras também destacam

“a Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher, de 1948, que outorgou às mulheres os mesmos direitos civis dos quais gozavam os homens, tendo sido promulgada no Brasil apenas em 1952, por meio do Decreto 31.643” (SILVA; SILVA, 2020, p. 5-6).

Para fins de levantamento da linha do tempo da mulher e seus direitos na história, temos a “I Conferência Mundial sobre a Mulher (Cidade do México) de 1975; a I Convenção para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW de 1979 e as II e III Conferências Mundiais sobre a Mulher (Copenhague e Nairóbi, 1980 e 1985, respectivamente)” (SILVA; SILVA, 2020, p. 6). As autoras citam a III Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que ocorreu no Cairo em 1994, como um marco nos direitos das mulheres afirmando sua autonomia e liberdade.

O que na nossa linha do tempo desencadeou o evento Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher, popularmente conhecida como Convenção de Belém do Pará, que ocorreu em 1994 e, como dito por Silva e Silva (2020) foi de extrema importância na narrativa dos sucessos das mulheres.

Estabeleceu, pela primeira vez, o direito das mulheres de viverem uma vida livre de violência, ao tratar a violência contra elas como uma violência aos direitos humanos [...] o primeiro tratado internacional de proteção dos direitos humanos a reconhecer, de forma enfática, a violência contra as mulheres como um fenômeno generalizado (Silva; Silva, 2020, p. 7).

Acrescenta-se, também, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, sucedida em Beijing em 1995, que enfatizou a necessidade de intervenção e exercício do Estado na política pública dos direitos e deveres da mulher na sociedade, e acima de tudo sua proteção, pois “não sabia que uma mulher podia ser morta pelo simples fato de ser mulher, mas tinha escutado histórias que, com o tempo, fui ligando umas às outras. Casos que não terminavam com a morte da mulher, mas em que ela era objeto da misoginia, do abuso, do desprezo” (ALMADA, 2018, p. 13).

Desta forma, estas Convenções ancoraram “à responsabilização do Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, em abril de 2001, pela situação de extrema tolerância do país com a violência cometida contra Maria da Penha pelo seu ex-esposo, que culminou numa tentativa de assassinato” (SILVA; SILVA, 2020, p.8) o que resultou no sancionamento da Lei Maria da Penha, em 7 de agosto de 2006, e após alguns anos também ocorreu o sancionamento da Lei do Femicídio, em 2015, o site Guia do Estudante parafraseia Eleonora

Menicucci, ministra chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência, explicando a importância da palavra feminicídio.

Trata-se de um crime de ódio. O conceito surgiu na década de 1970 com o fim de reconhecer e dar visibilidade à discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte. Essa forma de assassinato não constitui um evento isolado e nem repentino ou inesperado; ao contrário, faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizam o uso de violência extrema. Inclui uma vasta gama de abusos, desde verbais, físicos e sexuais, como o estupro, e diversas formas de mutilação e de barbárie. (MERELES, 2019)

Some-se a isto o papel da mídia e imprensa que, segundo o portal Dossiê Feminicídio, é “estratégico na formação da opinião e na pressão por políticas públicas e pode contribuir para ampliar, contextualizar e aprofundar o debate sobre a forma mais extrema de violência de gênero: o feminicídio”. O artigo segue citando Ela Wiecko, procuradora e professora da Universidade de Brasília (UNB), sobre como “a mídia hoje é considerada e estudada como uma das agências informais do sistema de justiça, porque condena, absolve, orienta a investigação e até investiga. Então a responsabilidade da mídia é muito grande”, ou seja, independente das Convenções citadas anteriormente, a imprensa tem um vasto papel na realização de ações dos problemas sociais, como a discriminação de gênero.

Além disso, “a inserção das demandas feministas na mídia e a discussão sobre os direitos das mulheres na sociedade não é uma questão recente” (TAVARES, 2019, p. 3), a autora explica que estas vêm sendo publicadas desde meados do século XIX, passando pelo século XX até o século XXI, onde citando Braga (2006) ela explica que a mídia constitui uma parte do tecido social, caracterizando-se progresso de novas técnicas de interação para o desdobramento de lógicas próprias.

Ou seja, outro papel importante da mídia é a responsabilidade cultural, por seu papel objetivo como é citado por vários autores em estudos jornalísticos, a imprensa ao noticiar algo muitas vezes educa o leitor para um assunto antes desconhecido pelo mesmo, sendo assim, um dos vetores responsáveis pelo uso correto de termos como feminicídio e feminismo foi e ainda é, dos veículos de imprensa.

É preciso informar com atenção a parâmetros éticos e com responsabilidade social sobre o que está por trás dessa morte, o contexto de violência em que ocorreu e que invariavelmente envolve desrespeito à condição da mulher e frequentemente foi sendo construído em torno de uma relação afetiva que se encerra em um crime hediondo, previsto na Lei nº 13.104/2015, a Lei do Feminicídio. (DOSSIÊ FEMINICÍDIO)

Dessa forma, a mídia possui uma característica explícita no combate diário de lutas sociais femininas, desde novas maneiras de atuar até o vocabulário empregado nestes confrontos, que muitas vezes exigem ser esmiuçados e trazidos à tona para que haja uma compreensão clara dos ocorridos.

No livro *A guerra não tem rosto de mulher*, em um dos relatos das mulheres soviéticas, “Saul Guénrikhovitch fala sobre sua esposa, “eu tenho um conhecimento mais concreto da guerra, mas ela tem o sentimento. E o sentimento é sempre mais brilhante, sempre mais forte do que os fatos”. (ALEKSIEVITCH, 2016, p. 140), onde o sujeito masculino, em sua posição de poder toma frente marginalizando o sujeito feminino.

Dessa maneira, a própria representação do feminino se constrói a partir da perspectiva do homem. Constata-se, então a importância de a representação do sujeito feminino ser realizada por mulheres, por isso desencadeia uma série de consequências desde a desconstrução de conceitos tradicionais relativos à identidade e à cultura, até a inserção na esfera privilegiada do poder, viabilizando a alternância no exercício do poder e possibilitando que homens e mulheres possam ocupar seu espaço, sem discriminação de forma algum. (ZINANI, 2013, p. 33)

Sendo assim, é possível compreender a importância da mulher dar a liberdade para se expressar, ser a portadora das fitas com milhares de áudios de outras mulheres, porque desta forma é possível promover uma ruptura na cultura tradicional patriarcal, trazendo à tona um novo sujeito que domina o espaço narrativo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o melhor entendimento sobre o tema, a primeira etapa de pesquisa foi a de pesquisa bibliográfica, que na visão de Ida Regina C. Stumpf (2014, p. 52) é uma revisão da literatura que “é uma atividade contínua e constante em todo o trabalho acadêmico e de pesquisa, iniciando com a formulação do problema e/ou objetivos do estudo e indo até a análise dos resultados”.

Depois de definido o problema, o pesquisador precisa aprofundar os conceitos-chaves e suas relações. O material básico para isto já deve estar disponível, pois foi utilizado para elaborar o problema e justificar o tema proposto. Mas precisa ser ampliado através de uma boa estratégia de busca que recupere tanto textos de trabalhos teóricos quanto de outros estudos e pesquisas relacionados. O planejamento desta busca evitará perda de tempo e dará direcionamento ao objetivo proposto. A este trabalho denomina-se pesquisa bibliográfica [...]. (STUMPF, 2014, p.53).

Para esta monografia, foram essenciais três obras: *Jornalismo Literário*, de Rogério Borges, *Páginas Ampliadas*, de Edvaldo Pereira Lima, e *Jornalismo Literário*, de Felipe Pena, que de forma teórica, deram o embasamento para o desenvolvimento da parte histórica e conceitual dos temas relacionados a esta investigação em torno do objetivo deste trabalho.

Foram também essenciais os artigos *Crítica Feminista*, de Cecil Zinani, *A mulher na literatura*, de Bruna Cordeiro Lira, e *Da declaração a efetividade*, de Camille Silva e Giovanna Silva. Uma coletânea de fatos que norteiam o tema para os dias atuais, sem sair do contexto que está inserido o objeto de estudo.

Por sua vez, a pesquisa documental também foi utilizada como metodologia de investigação, principalmente no que se refere a reportagens já publicadas pela imprensa e dados estatísticos de organizações não-governamentais, dentre outras instituições de credibilidade. “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 157).

Nesta parte foram utilizados como fonte, o Dossiê Femicídio, que explica diferentes tópicos relacionados ao assunto, um deles sendo o papel da imprensa, de forma aprofundada e trazendo referenciais numéricos e de fontes, para esse assunto, também foi acessado o Guia do Estudante, na reportagem *Entenda a Lei do Femicídio e por que ela é importante*, para que assim a compreensão constitucional abordada no trabalho fosse completa. Utilizou-se da reportagem do *Correio Braziliense*, para aprofundar e entender a linha do tempo da vida da autora.

Para a análise empírica, foi selecionado o método de análise de conteúdo, onde “a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada.” (FONSECA JÚNIOR, 2014, p. 284). Os autores citam o professor Krippendorff ao explicarem as características fundamentais dessa metodologia.

Na visão de Krippendorff (1990), a análise de conteúdo possui atualmente três características fundamentais: (a) orientação fundamentalmente empírica, exploratória, vinculada a fenômenos reais e de finalidade preditiva; (b) transcendência das noções normais de conteúdo, envolvendo as ideias de mensagem, canal, comunicação e sistema; (c) metodologia própria, que permite ao investigador programar, comunicar e avaliar criticamente um projeto de pesquisa com independência de resultados. (FONSECA JÚNIOR, 2014, p. 286).

Segundo Fonseca Júnior (2014, p. 280), “a análise de conteúdo (AC), em concepção ampla, se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa”. E como Fonseca Júnior evidencia, no cenário da literatura este tipo de análise possibilita ressaltar o estilo característico de cada autor.

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo), é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. (BARDIN, 2011, p. 36)

A partir da terceira parte do livro da Bardin (2011), entende-se como foi feita a AC e suas etapas. Isto significa que “as diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polo cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2011, p. 124).

Primeiro foi feita a organização da análise, onde fazemos uma pré-análise do objeto, seria uma leitura inicial, para depois explorarmos a material de maneira aprofundada. Em seguida, é feita a codificação, onde estabelecemos as categorias, conforme o contexto já explorado, e a unidade de registro. Por fim, é feita, o que a autora chama de categorização e inferência, onde é feita a análise quantitativa por categoria, estabelecidas na etapa anterior, e a análise qualitativa, onde estabelecemos os processos e as variáveis de conclusão do objeto de estudo, ocorrendo a interpretação de tudo que foi visto.

Para isso, foram traçadas as seguintes categorias após a leitura volante, levando em consideração o momento em que se passavam os relatos das diversas fontes:

Tabela 1. Categorias da análise de conteúdo

Categoria	Explicação	Exemplo
Violência Física	Os registros que foram considerados nesta categoria, foram todos atos ou feitos de empregar força física, ou força súbita que se faz sentir com intensidade. Um constrangimento físico exercido sobre as mulheres, para obrigá-las a submetê-las à vontade de homens, tendo assim uma coerção e/ou opressão.	“Me chutavam com botas e me açoitavam com chicotes. [...] Me esticavam nos troncos. [...] Eles tiraram toda a minha roupa e esse pegou no meu peito.” (p. 394)
Violência Simbólica	Os registros que foram considerados nesta categoria, foram todos atos ou feitos de intimidar moralmente, constrangendo a mulher, e exercendo injustamente o poder, gerando uma opressão mental.	“Ele por fim se virou para mim e disse com raiva: ‘Para que diabos vou precisar de você?’ Entendi tudo e quase comecei a gargalhar. O ordenança adivinhou primeiro: ‘Camarada general, talvez ela seja a comandante dos sapadores ⁴ ’”. (p. 274)
Pressão Estética	Os registros que foram considerados nesta categoria, foram todos ideias estéticos que eram aceitos no contexto em que eram contados os relatos, causando um sentimento negativo nas mulheres.	“O que eu estava fazendo no meio de tantos homens? Eu era uma moça. E se voltava sem uma perna?” (p. 128)
Pressão Comportamental	Os registros que foram considerados nesta categoria, foram todos ideias comportamentais que eram esperados das mulheres ou por elas mesmas em relação ao contexto que estavam inseridas.	“Não queríamos que dissessem de nós: ‘Ah, essas mulheres!’. E nos esforçávamos mais do que os homens, ainda precisávamos demonstrar que não éramos piores do que os homens”. (p. 252)
Autorreferencialidade	Os registros que foram considerados nesta categoria, foram todos pensamentos e/ou escritos em que a autora se posicionava em meio ao texto,	“Prossigo com minha busca... Mas desta vez não preciso ir longe... [...] Diante dos meus olhos, a lenda vai renascer e se transformar em uma vida

⁴ São aqueles que fazem a atividade ligeira de engenharia militar, neste caso são aqueles que desarmavam as minas durante a Segunda Guerra Mundial.

fosse de forma direta, como um humana, vai descer até o diálogo, ou intermediária, com chão”. (p. 190)
alguma representação.

Fonte: autoria própria

Para a composição da Análise de Conteúdo, foi considerado um registro por situação ou episódio, quando da mesma categoria e mesmo se permeado por várias partes de um mesmo capítulo. Categorias diferentes, ainda que num mesmo episódio, foi considerado um registro diferente para cada categoria. Depois desta categorização de relatos, foi feita mais uma análise para confirmação e, por final, foi feita a contagem e tabulação.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A obra analisada passou por diversas leituras até ao ponto de tabulação dos registros e compreensão qualitativa de seus resultados. Foram feitas leituras leves no começo, para que houvesse uma familiarização maior com a história, de forma que então fosse possível fazer uma leitura mais analítica do conteúdo do livro.

O que mais chama atenção logo no começo foi o fato marcante que essa obra ficou parada por anos até a autora voltar a escrever sobre essas mulheres do Exército Vermelho, o impacto das primeiras páginas, onde a autora de forma autorreferente conta a sua jornada de ouvinte, historiadora, jornalista e escritora, de como muitas mulheres deixam-se abrir aquela caixa de memórias que não eram permitidas compartilharem. “Sim, elas choram muito. Gritam. Depois que eu saio, tomam remédio para o coração. Chamam a “emergência”. Mas mesmo assim me pedem: “Volte. Volte sem falta. Ficamos em silêncio por tanto tempo. Quarenta anos em silêncio...”” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 22).

Acredita-se que o que mais impactou ao estudar as mulheres ao longo da história, é comprovar de forma explícita que muito do que se sabe ainda tem um caráter patriarcal e muitas vezes machista, por não ser permitido a mulher compartilhar sua história.

Ele era atirador de metralhadora, ela era mensageira. O homem na hora mandou a mulher para a cozinha [...] Depois de meus pedidos insistentes, ele cedeu seu lugar a contragosto, dizendo: “Conte como eu te ensinei. Sem chorar e sem essas ninharias de mulher; que queria ser bonita, que chorou quando cortaram a trança⁵” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 22).

Esses relatos, mostram mais e mais a importância de uma análise aprofundada e esmiuçada de conteúdos que são considerados masculinos, mas que como é possível ver ao longo de toda a obra de Svetlana Aleksievitch, existe um lado que não foi contado, devido à pressão masculina e patriarcal da sociedade, que como explicado por Zernan (2011) mostra a desvalorização da personagem feminina na história, colocando-a de lado.

Buscávamos... Não queríamos que dissessem de nós: ‘Ah, essas mulheres!’. E nos esforçávamos mais do que os homens, ainda precisávamos demonstrar que não éramos piores do que os homens. E por muito tempo tiveram uma atitude arrogante, condescendente conosco: ‘Esse bando de mulher vai lutar muito...’. E como ser homem? É impossível ser homem. Nossos pensamentos são uma coisa, mas nossa natureza é outra. Nossa biologia... (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 252).

⁵ Em *A guerra não tem rosto de mulher* este é, culturalmente, um grande traço da beleza feminina russa.

Dessa forma, foi possível reunir, ao contabilizar esses relatos, o valor bruto do número de vezes que determinada categorização aparece ao longo da obra.

Tabela 2. Contagem de Registros

Categoria	Nº Total de Registros
Violência Física	17
Violência Simbólica	40
Pressão Estética	33
Pressão Comportamental	42
Autorreferencialidade	39
Total de Registros	171

Vozes... Dezenas de vozes... Elas desabaram sobre mim, revelando uma verdade insólita, e ela, essa verdade, já não cabia naquela estreita fórmula que eu conhecia desde a infância: nós vencemos. Uma reação química instantânea aconteceu: a retórica se diluiu no tecido vivo dos destinos humanos; ela se revelou a substância com menor tempo de vida. Destino é quando há algo mais por trás das palavras (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 61).

Autorreferencialidade, como explicado acima é todo aquele relato que envolve a autora de forma direta ou indireta, sendo possível perceber que suas aparições se mantêm no começo de cada capítulo, estes não possuindo numeração, mas sim um trecho de um dos relatos que estão na determinada parte. Ao largo da obra aproximadamente 43,5% dos registros de autorreferencialidade estão no começo, enquanto 56,5% estão no meio ou como pode ser notado na quebra de pensamentos da autora, onde ela começa a contar algo relacionado a sua busca por vozes e depois há um simples pensamento, como se tivesse surgido no meio de todas essas mulheres.

Nas nossas aldeias, no Dia da Vitória, as pessoas não ficam felizes, mas choram. Choram muito. Têm saudades. “Foi tão terrível... Enterrei todos os meus parentes, enterrei minha alma na guerra” (V.G. Andróssik, membro da resistência). Começam a contar baixinho, mas, no fim, quase todos estão gritando. [...] Eu também vou me convencendo de que é preciso ir em frente... (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 308-309).

Numa inserção da escritora no início do capítulo “*Não atirávamos*”, é possível compreender que estão relacionadas tanto a participação da autora quando a narração do fato em si.

Havia muita gente na guerra. E muitas tarefas na guerra... Muito do trabalho não gira só em torno da morte, mas também da vida. As pessoas não só atiram e fuzilam, ativam e desativam minas, bombardeiam e explodem, se lançam em combates corpo a corpo – lá, elas também lavam roupa, cozinham mingau, assam pão, limpam caldeirões, cuidam dos cavalos, consertam carros, aplainam e fecham caixões, distribuem cartas, forram botas, trazem tabaco. Mesmo na guerra mais da metade da vida é composta de afazeres banais. E de bobagens também. É insólito pensar assim, não? “Havia pilhas do nosso trabalho normal de mulher”, recorda a auxiliar de enfermagem Aleksandra Ióssifovna Michútina. O exército ia na frente, e atrás dele ia o “segundo front”: lavadeiras, cozinheiras, mecânicas, carteiras... Algumas delas escreveu para mim: “Não éramos heroínas, estávamos nos bastidores”. E o que havia lá, nos bastidores? (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 210).

Ao analisarmos de maneira aprofundada, é possível entender a intenção de exposição por trás da obra de não-ficção, da maneira a explicar que está tudo conectado, como essas duas guerras, aquela mostrada pelos homens há anos e a escondida da história pelas mulheres, estão intrinsicamente conectadas. Sendo capaz de notar a colocação dos pensamentos autorais ao lado de relatos, Aleksiévitich muitas vezes traz à tona estes combates, aquela que ocorreu a anos, entre 1939 e 1945, e aquela que se perpetua, aquela onde se combate com palavras e ações, explicada por Solnit (2017) como a guerra dos gêneros.

Teve ainda uma outra guerra... Nessa guerra, ninguém ressaltava no mapa onde passava a faixa neutra e onde começa a linha de frente. Ninguém conseguia calcular todos os soldados que havia ali. [...] Morrer nessa guerra não era o que dava mais medo. Havia outra coisa mais assustadora. Imaginemos um soldado no front, cercado por sua família: filhos, mulher, pais idosos. A cada minuto era preciso estar pronto para sacrificá-los também. Entregá-los para a imolação. A coragem, assim como a traição, geralmente não tinha testemunhas. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 307).

Não só Svetlana escreve sobre o *Exército Vermelho Feminino*, como também sobre os sentimentos, aquelas “coisas de mulheres” que os homens acham que não precisam ser mencionadas. Ao retomar à escrita, 17 anos depois do rascunho do primeiro manuscrito, ela quer o que a mesma chama de “conhecimento de espírito”, aquela história que está escrita na alma, não nos livros.

Mergulho cada vez mais fundo no infinito mundo da guerra, todo o resto perde um pouco das cores, torna-se mais comum do que o comum. Um mundo grandioso e feroz. Entendo agora a solidão da pessoa que volta de lá. É como se viesse de outro planeta ou do além. Ela tem o conhecimento de algo que os outros não têm, e só é possível conquistá-lo ali, perto da morte. Quando tenta transformar isso em palavras, tem a sensação de uma catástrofe. A pessoa se cala. Ela quer contar, o resto queria entender, mas estão todos impotentes. O espaço delas é sempre diferente do de seus ouvintes. Estão rodeadas por um mundo invisível. Pelo menos três pessoas fazem parte da conversa: a que está contado agora, a pessoa que ela era na época em que aconteceu e eu. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 17).

É possível compreender o porquê da utilização deste elemento narrativo, como uma forma de aproximação entre fonte e autora, lembrando que Svetlana Aleksievitch nasceu no ano de 1948 na Ucrânia, sendo assim, a autorreferencialidade no texto traz uma identidade e sensação de veracidade para o texto, mostrando a busca pela verdade histórica que nunca antes foi exposta, comovendo o leitor ao manifestar seus pensamentos e impressões além do que foi relatado pelas personagens, mas os sentimentos que essas traziam nas ações ao estarem junto da jornalista.

A categoria Pressão Comportamental é a que, de forma chocante, possui mais registros. Como explicado na Tabela 1, esta assume qualquer ideia comportamental esperada das mulheres ou esperada por elas mesmas em relação ao contexto em que estavam inseridas, seja esse ideal negativo ou positivo.

Com o que sonhávamos? Em primeiro lugar, claro, com vencer, em segundo, ficar viva. Uma dizia: ‘Quando acabar a guerra, vou ter um monte de filhos’; outra dizia: ‘Eu vou entrar para a universidade’, e alguém respondia: ‘Já eu não saio mais do cabeleireiro, vou cuidar de mim’. Ou: ‘Vou comprar um bom perfume. Vou comprar um cachecolzinho e um broche’. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 177).

Isto é um relato positivo de um grupo de mulheres que procuram conforto em um comportamento cultural depois de um longo tempo em meio a homens e sujeira, mas nem sempre essa imposição comportamental era otimista. “Vou começar com o fato de que a contragosto aceitavam mulheres nas tropas de tanques. Posso até dizer que não nos aceitavam” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 121), é o que disse Nina Iákolevna Vichniévskaja, subtenente, enfermeira-instrutora de um batalhão de tanques. Isso é, porque ao servir como enfermeira em uma tropa de tanques, é necessário puxar alguém fora de um tanque, um rapaz grande que pesa mais inconsciente do que consciente, e como é possível entender no trecho, uma garota pequena não conseguiria fazer esse serviço como um homem era capaz.

Ainda levando em consideração esse comportamento, é possível entender por meio do relato abaixo que a percepção daquele momento era algo diferenciado entre os gêneros quando é levado em consideração o modo como homens e mulheres foram ensinados ao longo dos séculos.

Naquela época, nenhum de nós tinha entendido o que era uma guerra, achávamos que era algum tipo de jogo, algo livresco. Tínhamos sido educados com fé no romantismo da revolução, nos ideais. Acreditávamos nos jornais: a guerra em breve terminaria com a nossa vitória. Mas logo, logo... (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 121).

Era esperado um tipo de comportamento, de atitude de garotas que foram para o exército: “minha esposa, por exemplo, é uma mulher inteligente, mas tem uma visão negativa de mulheres militares. Acha que elas iam para a guerra procurar noivo, que todas tinham casos por lá” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 119), mas como a autora exalta vez e outra, essas garotas iam sim procurar algo, sua honra e dever no meio de uma batalha, o seu desejo de ir para o *front* e lutar em uma guerra de homens, pegar em armas, metralhadoras, desarmar minas, algo que nunca foi esperado do “sexo frágil”, daquelas que deveriam ficar e cuidar da casa.

Mas nós, os homens, tínhamos um sentimento de culpa quando as mulheres combatiam [...] “Isso mesmo, claro... Eu iria com uma mulher dessas numa missão de bater, mas não me casaria com ela. Pois é... Estamos acostumados a pensar nas mulheres como mãe e noiva. A bela dama, enfim. [...] Guerra é coisa de homem. O que foi, por acaso tem pouco homem sobre quem escrever no seu livro?” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 117).

Neste trecho, no qual a autora traz um relato de como ela lembra da conversa entre um comandante de um batalhão de sapadores e um *partisan* das florestas da Bielorrússia, é possível entender a pressão comportamental desejada pelo homem para as mulheres durante a guerra.

Mas como haver uma pressão comportamental de algo que estava se desmanchando diante dos olhos da sociedade? Pelo simples fato de que compreendemos como algo enraizado no espírito, nos costumes e comportamentos daqueles que vivem e passam de uma geração a outra - esses hábitos que foram ensinados pelos seus pais, com as presunções do estereótipo feminino delicado.

À noite, fomos para um baile da Casa dos Oficiais. E você vai ver como eles tratavam as garotas militares. Eu estava de sapatos e vestido, deixei o capote e as botas na chapelaria. Um militar se aproximou de mim e me tirou para dançar. [...] Na chapelaria, deram a ele as botas e o capote. ‘Esse não é meu...’. Eu me aproximei: ‘Não, é meu’. ‘Mas você não me disse que esteve no front?’. ‘E você perguntou?’. Ele ficou envergonhado, não conseguia me encarar. E ele mesmo tinha voltado da guerra... ‘Por que está tão surpreso?’. ‘Nunca teria imaginado que você esteve no Exército. Uma garota no front, entende...’. ‘Quer dizer que está surpreso porque estou só? Sem marido nem grávida? Não uso casaco acolchoado, não dou baforadas no cigarro Kazbek e não falo palavrões?’. Não deixei que ele me acompanhasse. Sempre tive orgulho de ter estado no front. Defendi a pátria... (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 301-302).

Desse modo, é possível entender que mesmo com uma grande força de registros comportamentais forçados, o que era de se esperar ao ressaltarmos a sociedade patriarcal, há a surpresa, de que ao largo da leitura, ocorreu um combate frontal a essa cultura quando tudo o que conheciam era destruído.

Pressão Estética é a segunda categorização com o menor número de registros, esta se refere a qualquer ideal atraente que era esperado das mulheres no contexto em que estavam inseridas,

que causavam um sentimento negativo nelas, muitas vezes relacionados à nostalgia ou à expectativa do que elas foram um dia e não eram mais consideradas como tal.

Todo homem fica bem de farda. Já as mulheres pareciam o quê? De calças, não nos permitiam fazer tranças, e todas usavam um corte de cabelo masculino. Já no fim da guerra, às vezes nos deixavam fazer um penteado, não cortar o cabelo. No hospital, meu cabelo cresceu de novo, eu já conseguia fazer uma trança longa, recuperei a saúde, e ele... Foi engraçado, juro por Deus! Os dois se apaixonaram por mim... Na hora! Passamos toda a guerra juntos, nunca houve nada do tipo, e ali os dois, o comandante do esquadrão e o subtenente, me pediram em casamento. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 206).

Este trecho ressalta o que é compreendido de forma completa, se espera que a mulher tenha uma aparência elegante e socialmente determinada, que é a moça de cabelos longos, principalmente entre a cultura do *Exército Vermelho*, onde as garotas tinham longas tranças. Porém, ao cortarem esse cabelo, o simbolismo da feminilidade, elas deixam de ser garotas e passam a ser meninos ou irmãszinhas, das quais eram tratadas como alguém que não eram, perdendo toda a identidade feminina.

Agora assistindo filmes sobre a guerra: uma enfermeira na linha de frente anda arrumadinha, limpinha, não usa calça de algodão e sim uma saia, a boina em cima do topetinho. Ah, não é verdade! Por acaso íamos conseguir arrastar os feridos se andássemos assim? Não fica muito bem se arrastar de saia quando todos a sua volta são homens. E, para falar a verdade, só nos deram saia no fim da guerra, como farda de gala. E só aí recebemos também calcinhas em vez de roupa de baixo masculina. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 102).

Compreende-se o simbolismo da estética, onde não só o comportamento importa, mas a maneira “correta” de aparecer perante a sociedade, o que altera o jeito com que a mulher é recebida pelas pessoas: “o inquilino era um oficial, mas não um homem. Muitos ficavam com a boca aberta de surpresa...” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 276), não era esperado que na realidade era uma mulher que foi servir seu país na guerra, porque este é um lugar de homens.

O comandante da unidade, quando recebeu os reforços, perguntou ao primeiro-tenente: ‘Para que você trouxe essas meninas?’. Ele ficou desconcertado e respondeu que tinha ficado com pena: sabe-se lá onde iríamos parar, nos matariam como perdizes. O comandante suspirou: ‘Certo. Uma para a cozinha, outra para o depósito, a que tiver mais tempo de escola para o estado-maior, como escritã.’ Calou-se um pouco, depois disse: ‘Que pena, são bonitas’. A que tinha ‘mais tempo de escola’ era eu, mas trabalhar como escritã? E o que nossa beleza tinha a ver com isso? Esqueci da disciplina militar e me exaltei ali mesmo: ‘Somos voluntárias! Viemos defender a pátria! Só vamos se for para as subdivisões militares...’ (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 234).

Ao pensarmos em batalhas, se espera que entre os tipos de violência, a física fosse a mais citada, mas neste caso não, a Violência Simbólica é a categoria com maior registro entre as duas categorias (Violência Física e Violência Simbólica), com um total de 40 registros, “todos atos ou feitos de intimidar moralmente, constringendo a mulher, e exercendo injustamente o poder, gerando uma opressão mental”, como explicado na Tabela 1, são os quais mais foram relatados pelas fontes.

“Ele de repente sorriu, um sorriso tão luminoso em um rosto esgotado: ‘Abra o seu avental... Me mostre seu seio... Há muito tempo não vejo minha mulher...’. Fiquei desnorteada, eu nunca tinha nem dado um beijo. Respondi algo para ele. Saí correndo e voltei uma hora depois” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 30), nesta passagem é possível ver o que é esperado do papel feminino na guerra, um conforto para um homem que não vê sua esposa há tempos, mas nenhuma consideração pela garota que está a sua frente.

Sinto que vivi duas vidas: uma de homem e outra de mulher... Quando fui para a Escola de Guerra, imediatamente me vi sob disciplina militar: nos exercícios, nas filas, no quartel, tudo seguia o regulamento. Não existia nenhuma condescendência por sermos garotas. Sempre escutávamos: ‘Quieta!’, ‘Olha a conversa!’. À noite, tínhamos vontade de sentar, bordar um pouco... Lembrar de coisas de mulher... Não permitiam de jeito nenhum. Mas tínhamos ficado sem casa, sem os afazeres domésticos [...] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 240).

O episódio de uma tentativa de abuso sexual não fica muito distante do machismo presente nesta categoria: “os homens riam de nós, achavam isso divertido. Diziam que não estávamos pensando na morte, e sim o diabo sabe em quê, em alguma coisa idiota. Em bobagens de mulher” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 204). Nesta parte, a personagem relata o medo de morrer feia, o que fazia com que buscassem abrigo das bombas aéreas onde pudessem encontrar, algo que, por outro lado, evidencia o pensamento da cultura machista e patriarcal internalizados pelas mulheres que lutaram na guerra, e mesmo assim são motivos de zombaria por esses mesmos inquisidores.

Chegamos ao estado-maior do Quinto Exército de Choque, e lá havia um capitão intelectual, que nos recebeu muito bem. Mas quando escutou que estávamos determinadas a ser apenas comandantes do pelotão de sapadores, arrancou os cabelos. ‘Não, não! Imaginem! Vamos encontrar trabalho para vocês aqui, no estado-maior. O que foi, estão brincando? Lá só tem homens, e de repente o comandante é uma mulher – isso é maluquice. Estão achando o quê?’ (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 265).

Diante disso, é possível confirmar o que havia sido ressaltado, que a violência simbólica, onde o homem rebaixa a mulher de forma a pressionar seu ideal nela, está presente ao largo da história de diferentes maneiras, seja no xingamento, no machismo, na suposição, ou como visto,

na vergonha de ser comandados por uma pessoa no gênero feminino. O que causa uma sensação de luta ao largo do livro, luta para ir ao front, para participar da batalha, para mesmo sendo mulher, mostrar seu valor em um domínio masculino.

A Violência Física é a categoria com menor contagem de registros, sendo um total de 18. Quando se começa um livro sobre guerra, a primeira suposição é a de que ocorre a violência física, o ato de impor-se ou submeter alguém a uma força súbita que se faz sentir com intensidade trazendo dor, constrangimento e opressão à vítima, de forma constante em toda a história. Porém, a não ser por 4 relatos no começo, essa categoria se concentra no final, do capítulo “*Senhoritas! Vocês sabem que um comandante de pelotão de sapadores só vive dois meses...*” adiante (ou seja, os cinco capítulos finais).

O relato mais marcante se encontra nas páginas finais, feito por A. Rátkina, primeiro-sargento, telefonista.

‘Um dos nossos oficiais se apaixonou por uma garota alemã... A notícia chegou aos superiores... Ele foi degradado e mandado para a retaguarda. Se tivesse estuprado... É... Claro, acontecia... Em nossa terra se escreve pouco sobre isso, mas é a lei da guerra. Os homens ficavam tantos anos sem mulheres e, claro, havia o ódio. Entrávamos em uma cidadezinha ou vila: os primeiros três dias eram de saque e... Em segredo, óbvio [...] Eu me lembro... Claro, lembro de uma alemã estuprada. Ela estava deitada nua, com uma granada enfiada no meio das pernas [...] E alguns meses depois... Para nós no batalhão... Cinco jovens alemãs vieram falar com nosso comandante. Elas choravam. O ginecologista examinou: elas tinham feridas lá. Feridas rasgadas. Todas as calcinhas ensanguentadas... Tinham sido estupradas por toda a noite. Os soldados faziam fila [...] Disseram para as garotas alemãs: vão lá e procurem, se vocês reconhecerem alguém fuzilamos na hora. [...] Mas elas sentaram e choraram. Não queriam... (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 364-265).

Havia ódio: pela guerra, pelas mulheres, mas havia um sentimento cultural em cada ato descrito no texto de que era permitido fazer isso com as meninas, que era vergonhoso, porém “é a lei da guerra”, não podia se fazer nada perante o direito do homem de descontar seus sentimentos naquelas que eram consideradas “inferiores” a eles.

Há um parágrafo explícito, na página 34 de *A guerra não tem rosto de mulher*, em *Da conversa com o censor*, onde é possível entender esse sentimento de opressão e violência das palavras de um homem.

Estávamos avançando... Os primeiros povoados alemães... Éramos jovens. Fortes. Estávamos havia quatro anos sem mulheres. Nas adegas havia vinho. Petiscos. Capturamos umas moças alemãs e... Dez homens estupravam uma. Não havia mulheres o suficiente, a população havia fugido do Exército soviético, pegamos as jovens. Meninas... Uns doze, treze anos... Se choravam, batíamos nelas, enfiávamos algo na sua boca. Elas sentiam dor e achávamos engraçado. Agora não entendo como pude... Um rapaz de família intelectual...

Mas eu fui... A única coisa que tínhamos era que nossas meninas soubessem. Nossas enfermeiras. Na frente delas tínhamos vergonha... (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 34).

Conclui-se, que mesmo aparecendo de maneira escassa, com 9,94% dos registros totais, a violência física ainda causa um impacto pela maneira como é apresentada ao decorrer do livro. Estes registros mostram o comportamento superior masculino de que a mulher deve se submeter ao homem, independente da sua vontade, e que o sentimento de vergonha pelos atos destes só se mostram em frente a “conhecidas”, ressaltando o gênero feminino da palavra, porque como visto no trecho acima, não há vergonha entre o gênero masculino. Porém, das categorias traçadas, apenas uma não se refere a violências sofridas por mulheres, sendo esta a autorreferencialidade. Se convertermos isso para números, há um total de 171 registros, destes 132 se referem a registros de violências e pressões explicitadas na obra.

Cada vez mais, o mundo da guerra revela para mim um lado inesperado. Antes, eu não fazia essas perguntas: como era possível, por exemplo, passar anos dormindo em trincheiras inacabadas, ou ao lado de uma fogueira na terra nua, usar botas e capote e, por fim, não rir, não dançar? Não usar vestidos de verão? Esquecer dos sapatos e das flores... E elas tinham dezoito, vinte anos! Estava acostumada a pensar que não há lugar para a vida feminina na guerra. Ali, ela é impossível, quase proibida. Mas eu estava enganada... Bem depressa, já na época dos primeiros encontros, notei: não importa de que as mulheres falassem, até mesmo de morte, sempre se lembravam (sim!) da beleza, que aparecia como uma parte indestrutível de sua existência [...] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 236).

A obra, também, traz uma importância em relação registro histórico e jornalístico de um tema desconhecido pela maioria: as mulheres que foram para guerra, e as que foram, neste caso, do Exército Vermelho. Hoje, mesmo que de forma muito menor que dos homens, se vê mulheres na carreira militar, porém durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial acreditava-se que as mulheres que havia nos campos de batalha eram enfermeiras, cozinheiras, lavadeiras, etc. e estas usavam saias e roupas femininas. O que é contraposto nesta grande obra de relatos, mostrando que havia mulheres em diferentes lugares no campo de batalha, sendo comandantes, desarmando minas, atirando de metralhadora, fossem elas grandes ou pequenas, era meninas que sentiam o dever de ir ao *front*, como é dito por inúmeras personagens ao longo do livro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso consistiu em uma análise de caráter qualitativo sobre a obra literária da autora Svetlana Aleksevitch, levando em consideração o jornalismo literário como uma expressão jornalística, tendo como objeto o livro *A guerra não tem rosto de mulher*.

Ao questionar como o jornalismo literário é incorporado a essa produção contemporânea como expressão jornalística, foi possível levantar três hipóteses relacionadas ao livro e sua funcionalidade jornalística, estas sendo a produção literária como uma forma mais atrativa de conteúdo sobre a luta das mulheres na sociedade em que estão inseridas. O uso de muitas fontes ou relatos detalhados indicando a preocupação da autora em investigar testemunhas dos fatos relatados, e por fim o jornalismo literário que se incorpora à obra, transformando-o em livro-reportagem e dessa maneira sendo utilizado como uma expressão jornalística.

Para tal, foi feita a análise do produto literário como expressão do jornalismo por meio da literatura, a fim de enaltecer a luta social das mulheres. Tendo relevância em capturar um lado da história que passou anos em silêncio, como é dito em vários trechos ao longo da obra. O tema traz a importância de buscar o que muitas vezes está em evidência, porém é deixado de lado como algo que não importa, constantemente por conta da cultura social em que estamos inseridas, como o patriarcado.

Esta monografia trouxe uma compreensão maior da história e do lado feminino da vida, algo que muitas vezes escapa do nosso conhecimento. Analisando de uma perspectiva profissional, este trabalho significou a percepção de que nem sempre o jornalismo noticioso cotidiano vai transmitir as informações ou ensinar culturalmente a sociedade, é preciso perceber que há assuntos que necessitam de um aprofundamento que só o jornalismo literário ou investigativo, como é citado no capítulo 1 desta monografia, podem fazer jus ao conteúdo.

Para isso, foi utilizada a análise de conteúdo para entender um destes livros-reportagem, este sendo *A guerra não tem rosto de mulher*, da autora Svetlana Aleksievitch. A partir do levantamento de cinco categorias para análise, sendo elas: Autorreferencialidade, Pressão Comportamental, Pressão Estética, Violência Simbólica e Violência Física, foi possível compreender como temas tão relevantes e complexos são esmiuçados no livro-reportagem, algo que não seria possível no jornalismo noticioso factual, por exemplo. Dentro dessas categorias foram encontrados 39 registros de Autorreferencialidade, 42 registros de Pressão Comportamental,

33 registros de Pressão Estética, 40 registros de Violência Simbólica e 17 registros de Violência Física.

Compreende-se, então, que mesmo sendo um ambiente violento, não é essa a história que o lado “feminino” da guerra quer contar. Como é explicado por Solnit (2017) há um confronto de gêneros que vem ocorrendo e este é ressaltado em todo o livro ao demonstrar a opressão do personagem masculino sobre o feminino, mostrando a necessidade da voz das mulheres serem escutadas e transmitidas, mas para que isso ocorra é necessário ser realizada por escritoras, para que ocorra uma real compreensão do que está sendo abordado.

Neste trabalho de conclusão de curso, foi cumprido o objetivo de identificar, por meio da análise de conteúdo do objeto de estudo, como o jornalismo literário é incorporado como expressão jornalística da representatividade feminina, ao discorrer sobre o livro-reportagem como expressão jornalística atrativa para informar sobre a luta social feminina e compreender as diversas formas de violência sofridas pelas personagens mulheres na narrativa, foi possível contribuir com os estudos da relação entre jornalismo e representatividade feminina. Sendo assim, a problemática junto as hipóteses foram ratificadas.

Ainda assim, é possível aprofundar no assunto, de maneira a levantar mais livros e fazer uma linha do tempo dos acontecimentos históricos junta à literatura, fazendo uma investigação e uma comparação do que se tem conhecimento do ponto de vista masculino, que é possível perceber que é vasto, com o ponto de vista feminino, que a partir dos resultados discutidos aqui, prova-se passar despercebido por anos, trazendo a tona a *autoria feminina*, onde as mulheres sempre escreveram só nunca tiveram espaço, estando sempre a sombra dos homens. Sendo assim, este tema é algo que pode ser aprofundado de maneira rica e surpreendente, dando um outro olhar para a história que conhecemos. Esperamos que este trabalho contribua, de certa forma, para a evolução do conhecimento acadêmico e possa inspirar outras investigações do tipo.

BIBLIOGRAFIA

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Tradução Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 1ed., 2016.

ALMADA, Selva. **Garotas Mortas**. Tradução Sérgio Molina. São Paulo: Todavia, 1ed., 2018.

ARAÚJO, Larissa de Almeida. **A questão da Mulher: Um resgate histórico**. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2ed., 2014.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ed., 2009.

BORGES, Rogério. **Jornalismo Literário – análises do discurso**. Série Jornalismo a Rigor, v.7. Florianópolis: Insular, 2013.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. Tradução Veronica Daminelli e Daniel Yago Françolli. São Paulo: Crocodilo, 1ed., 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. **Quem é Svetlana Alexijevich? Conheça a vencedora do Nobel da Literatura**. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2015/10/08/interna_diversao_arte,501775/conheca-a-bielo-russa-que-venceu-o-premio-nobel-de-literatura.shtml>. Acesso em: 30 set. 2021.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos Avançados 17, 2003.

DOSSIÊ FEMINICÍDIO. **Qual é o papel da Imprensa?**. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-o-papel-da-imprensa/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

FERNANDES, Joana Isabel Meneses da Silva Santos. **A política europeia de vizinhança e a parceria a leste em matéria de direitos humanos: os casos da Ucrânia e da Bielorrússia**. Coimbra, 2012.

GUZZO, Morgani; TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. **Jornalismo investigativo e literatura: o livro reportagem atuando na denúncia social**. In: INTERFACES, v.2, n.2, 2011, Guarapuava.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. Tradução de Wladir Dupont. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LEANDRO, M. **Oceano Entre Nós e as cicatrizes de uma juventude islâmica - Valkírias**. Disponível em: <<https://valkirias.com.br/oceano-entre-nos/>>. Acesso em: 30 set. 2021a.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2ed., 1995.

LIRA, Bruna Cordeiros. **A mulher na literatura: seus enquadramentos e a precariedade da emancipação**. Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v.2, ed. especial, p. 381-388, dez. 2016.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas**. Intercom – RBCC. São Paulo, v.40, n.3, p. 21-36, set./dez. 2017.

MONTEBELLO, Marianna. **A Proteção Internacional aos Direitos da Mulher**. Revista da EMERJ, v.3, n.11, 2000.

MORGANTE, Mirela M.; NADER, Maria Beatriz. **O patriarcado nos estudos femininos: um debate teórico**. XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, 2014.

MERELES, Carla. **Entenda a Lei do Femicídio e por que ela é importante**. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/entenda-a-lei-do-femicidio-e-por-que-e-importante/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2ed., 2021.

PUBLICADO POR THAY. **Nós Somos a Cidade, de N. K. Jemisin - Valkírias**. Disponível em: <<https://valkirias.com.br/nos-somos-a-cidade-de-n-k-jemisin/>>. Acesso em: 26 out. 2021b.

ROCIO, Lais de Mello. **Violência contra mulheres no jornalismo literário**. In: SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES, 6., Espírito Santos, 2020.

SAHUQUILLO, M. R. **Mobilizações de mulheres ganham força em Belarus e desconcertam Lukashenko**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-05/mobilizacoes-de-mulheres-ganham-forca-em-belarus-e-desconcertam-lukashenko.html>>. Acesso em: 09 dez. 2021.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia**. 1.ed. São Paulo: Summus, 2005.

SILA, Camille B.; SILVA, Giovanna N. F. **Da Declaração a Efetividade: uma análise sobre a trajetória dos principais instrumentos internacionais de proteção aos direitos das mulheres no tempo e sua influência no cenário brasileiro**. São Paulo: Revista Pensamento Jurídico, v.15, n.1, jan./abr. 2020.

SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim**. Tradução Isa Mara Lando. São Paulo: Cultrix, 1ed., 2017.

TAVARES, Michele da Silva. **Marie Claire e a mediação da pauta feminista: percepções verbo-visuais do “ativismo editorial”**. PPGCC-Unisinos: São Leopoldo, 2019.

THE WORLD BANK. **Population, female**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL.FE.IN?end=2019&start=2019&view=bar>>. Acesso em: 14 maio 2021.

WOOLF, Virginia. **Mulheres e Ficção**. Tradução Leonardo Fróes. São Paulo: Penguin, 1ed., 2019a.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução Denise Bottmann. Coleção L&PM POCKET, v.1032. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019b.

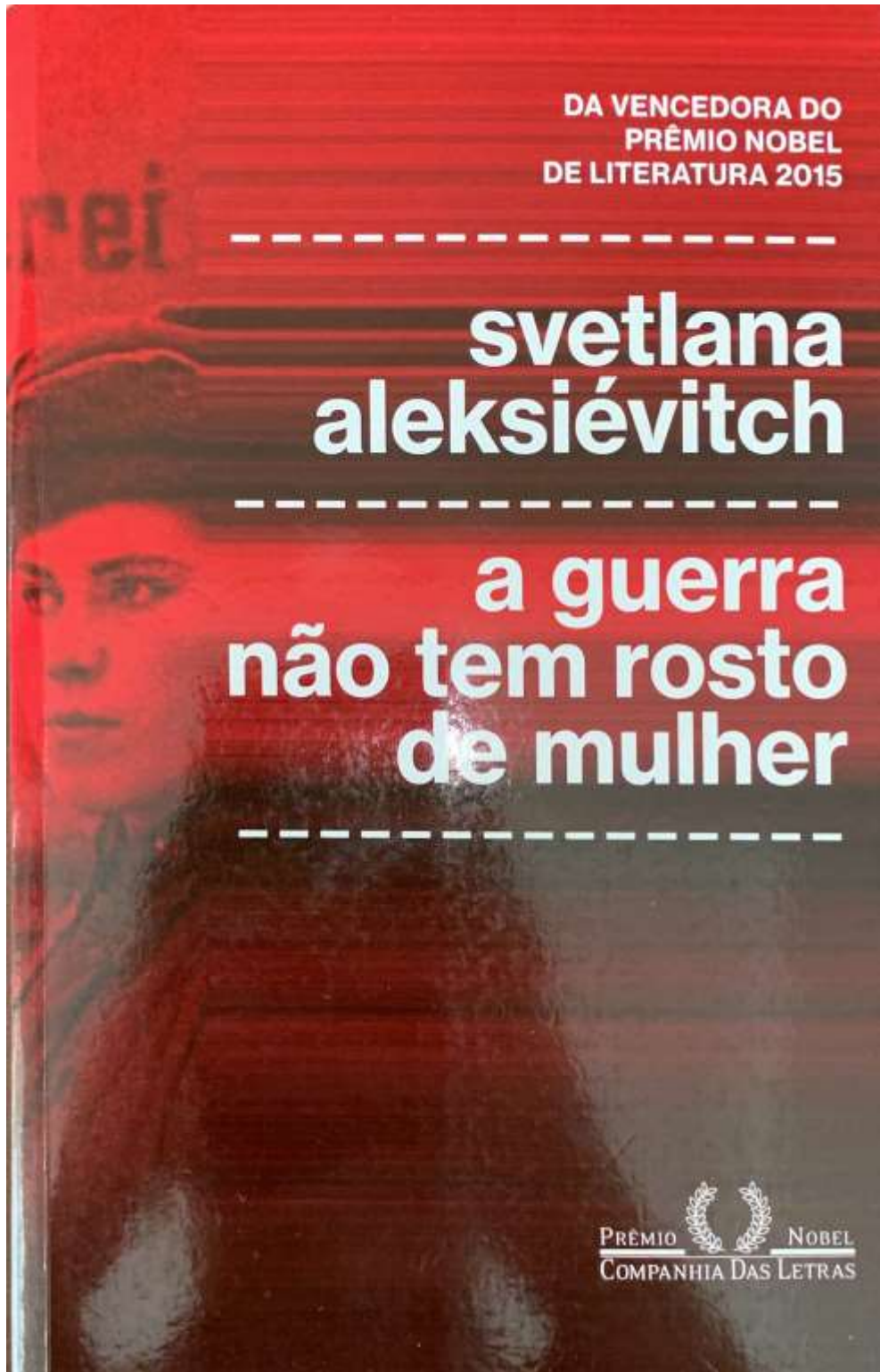
WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ed., 2019c.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Literatura e Gênero: a Construção da Identidade Feminina**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2ed., 2013.

ZERNAN, J. P. **Patriarcado, Civilização e as Origens do Gênero**. *Gênero & Direito, [S. l.]*, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/9702>. Acesso em: 24 set. 2021.

ANEXOS

Anexo 1 – Capa do livro *A guerra não tem rosto de mulher*, de Svetlana Aleksievitch



Sumário

O ser humano é maior que a guerra	9
“Não quero me lembrar...”	44
“Cresçam meninas... Vocês ainda estão verdes...”	61
“Fui a única a voltar para minha mãe”	113
“Em nossa casa vivem duas guerras...”	135
“O gancho do telefone não atira”	144
“Nos condecoravam com umas medalhas pequenas...”	160
“Não era eu”	179
“Até agora me lembro daqueles olhos...”	190
“Não atirávamos”	210
“Eram necessários soldados... Mas também queríamos ser bonitas...”	236
“Senhoritas! Vocês sabem que um comandante de pelotão de sapadores só vive dois meses...”	263
“Só olhar uma vez...”	279
“Sobre a batata miudinha...”	307
“Mamãe, o que é papai?”	338

“E ela botava a mão ali, onde fica o coração...” 360
“De repente me deu uma vontade enorme de viver...” 381